

PROJETO BÁSICO

1. Objeto

1.1. Trata-se de obra de engenharia destinada à execução das obras de reforma do Espaço Esportivo do Parque Ambiental “Sebastião Vieira Ramos”, localizado no Município de Bom Jesus de Goiás – GO, no valor global estimado de R\$ 1.264.099,59 (um milhão, duzentos e sessenta e quatro mil, noventa e nove reais e cinquenta e nove centavos), a ser executada na modalidade Concorrência, preferencialmente na forma eletrônica, conforme quantitativos estimados nas planilhas orçamentárias, memorial descritivo, projetos técnicos, pranchas e cronograma físico-financeiro, anexos ao presente procedimento administrativo.

1.2. A empresa contratada deverá executar as obras de reforma e adequação do Espaço Esportivo do Parque Ambiental “Sebastião Vieira Ramos”, no Município de Bom Jesus de Goiás – GO, nas quantidades e especificações constantes da planilha orçamentária, memorial descritivo, projetos e demais documentos técnicos que integram o processo, conforme especificações e quantidades da tabela a seguir:

Item	Descrição	Unid	Quant.
1	Obra de reforma do Espaço Esportivo do Parque Ambiental “Sebastião Vieira Ramos”, compreendendo a reforma de quadras esportivas, banheiros e pista de skate, implantação de playground infantil, construção e adequação de estruturas esportivas, execução de arquibancada e vestiário, implantação de sistema de iluminação do campo society, adequação das instalações elétricas, execução de sistema de drenagem das quadras de futevlei e demais serviços complementares, conforme planilha orçamentária, memorial descritivo, projetos técnicos e cronograma físico-financeiro.	Un	01

1.3. Os serviços a serem executados consistem, de forma geral, na realização de obras de reforma, adequação e construção de estruturas esportivas e de apoio, incluindo serviços de demolição e recomposição, execução de obras civis em concreto e alvenaria, adequação e modernização das instalações elétricas, implantação de sistema de iluminação do campo

society, execução de sistema de drenagem das quadras de futevlei, instalação de equipamentos esportivos e recreativos, bem como serviços complementares e de acabamento, conforme especificações constantes no memorial descritivo.

2. Localização da Obra

2.1. A obra de reforma do Espaço Esportivo do Parque Ambiental “Sebastião Vieira Ramos”, no Município de Bom Jesus de Goiás – GO, está localizada na Avenida Goiás, s/n, Área Verde, no perímetro urbano municipal, conforme delimitação constante nos projetos técnicos, memorial descritivo e pranchas que integram o presente procedimento administrativo.



Figura 1- Implantação do objeto.

3. Justificativa

3.1. A reforma do Espaço Esportivo do Parque Ambiental “Sebastião Vieira Ramos” visa promover a reestruturação e modernização de importante equipamento público do Município de

Bom Jesus de Goiás – GO, proporcionando melhores condições para a prática esportiva, lazer e convivência social da população.

3.2. A intervenção busca recuperar e adequar as estruturas existentes, garantindo condições adequadas de uso, segurança e acessibilidade, de forma a atender de maneira eficiente toda a comunidade, incluindo crianças, jovens, adultos e idosos.

3.3. A execução da obra contribuirá para a valorização do espaço público, incentivando a prática de atividades físicas, a integração social e a melhoria da qualidade de vida da população, além de promover maior funcionalidade e organização do ambiente urbano.

4. Objetivo

4.1. O objetivo da contratação é promover a reestruturação e modernização do Espaço Esportivo do Parque Ambiental “Sebastião Vieira Ramos”, garantindo melhores condições de uso do espaço público por meio da recuperação e implantação de infraestrutura adequada para a prática esportiva, lazer e convivência social.

4.2. A obra contempla a reforma das estruturas esportivas existentes, incluindo quadras, banheiros e pista de skate, a implantação de playground infantil, a construção e adequação de espaços destinados às práticas esportivas, a execução de arquibancada e vestiário, a implantação de sistema de iluminação, a adequação e modernização das instalações elétricas, a execução de sistema de drenagem das quadras de futevôlei, bem como a realização de serviços complementares e de acabamento, conforme projetos e especificações técnicas.

5. Modalidade da Contratação e Fundamentação da Contratação

5.1. Considerando que os serviços a serem executados são classificados como obra de engenharia, a contratação será realizada mediante procedimento licitatório na modalidade **Concorrência**, preferencialmente na forma eletrônica, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2. O regime de execução adotado será o de **empreitada por preço global**, tendo em vista que a obra possui escopo claramente definido por meio de projetos, memorial descritivo e planilha orçamentária.

5.3. A obra é classificada como **obra comum de engenharia**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

5.3.1. O enquadramento como obra comum de engenharia fundamenta-se nas seguintes características:

(i) a mão de obra, os equipamentos e os materiais utilizados são padronizáveis e amplamente disponíveis no mercado;

(ii) os métodos construtivos são usuais, amplamente difundidos e executados sob responsabilidade técnica de profissional habilitado com registro no CREA;

(iii) a obra de **reforma do Espaço Esportivo do Parque Ambiental “Sebastião Vieira Ramos”** possui características técnicas de fácil compreensão e execução, compatíveis com práticas correntes da construção civil;

(iv) os serviços a serem executados, como reforma e adequação de quadras esportivas, construção de estruturas de apoio, implantação de playground, execução de sistema de iluminação, adequação das instalações elétricas e implantação de sistema de drenagem, seguem padrões construtivos amplamente utilizados em obras públicas similares.

5.3.2. A obra apresenta, ainda, as seguintes características:

(i) trata-se de intervenção recorrente na Administração Pública, sendo comum a contratação de obras semelhantes por diversos entes públicos;

(ii) possui baixa a média complexidade técnica;

(iii) apresenta baixo risco de engenharia, não sendo, em regra, necessária a exigência de Seguro de Risco de Engenharia;

(iv) as especificações técnicas, memoriais descritivos e padrões de qualidade encontram-se devidamente definidos e não apresentam dificuldades para sua elaboração;

(v) os materiais, equipamentos e métodos construtivos são usuais, havendo ampla disponibilidade de fornecedores e empresas aptas à execução do objeto.

5.3.3. Nas obras comuns de engenharia, os padrões de desempenho e qualidade devem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais no mercado, devendo os

serviços ser executados conforme normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas expedidas pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

5.3.4. Diante do exposto, o objeto da presente contratação enquadra-se como **obra comum de engenharia**, devendo a licitação observar os prazos, procedimentos e demais disposições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

6. Formas e Critérios de Seleção da Contratada

6.1. A seleção da empresa contratada ocorrerá por meio de procedimento licitatório na modalidade **Concorrência**, preferencialmente na forma eletrônica, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2. O critério de julgamento das propostas será o de menor preço, sob o regime de empreitada por preço global.

6.3. A proposta deverá contemplar todos os custos necessários à execução integral da obra, incluindo mão de obra, materiais, equipamentos, encargos sociais, tributos, custos indiretos, mobilização, desmobilização e demais despesas necessárias ao pleno cumprimento do objeto contratual.

7. Estimativas dos Preços

7.1. A estimativa de custos foi elaborada pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Bom Jesus de Goiás – GO, com base em referências oficiais de custos da construção civil, utilizando composições provenientes de tabelas públicas, tais como SINAPI, GOINFRA e demais bases referenciais aplicáveis, acrescidas, quando necessário, de composições próprias devidamente justificadas tecnicamente.

7.2. O valor estimado para execução da obra é de **R\$ 1.264.099,59 (um milhão, duzentos e sessenta e quatro mil, noventa e nove reais e cinquenta e nove centavos)**, conforme planilha orçamentária integrante do processo administrativo.

7.3. Os recursos para execução da obra são provenientes, em parte, de repasse do Governo Federal, no valor de R\$ 974.000,00 (novecentos e setenta e quatro mil reais), conforme Contrato de Repasse do Ministério do Esporte, Proposta nº 046559/2025, Código do Instrumento nº 982449, vinculado ao Programa nº 5100020250027 – Apoio à Implantação e Modernização de

Infraestrutura para Esporte Amador, Educacional, Recreativo e de Lazer – SNEAELIS (Emenda de Comissão – RP8), sendo o valor remanescente custeado a título de contrapartida com recursos próprios do Município.

8. Inversão de Fases no Certame

8.1. A licitação será processada em 02 (duas) fases distintas: **HABILITAÇÃO e PREÇO**.

8.1.1. NA 1ª FASE serão conferidos inicialmente os documentos de habilitação de todas as empresas participantes do referido certame.

8.2. Este certame visa subsidiar a contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia destinada à reforma do Espaço Esportivo do Parque Ambiental “Sebastião Vieira Ramos”, no Município de Bom Jesus de Goiás – GO, compreendendo a execução de serviços de engenharia civil, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e demais insumos necessários à completa execução da obra, conforme projetos, memorial descritivo e planilha orçamentária integrantes do processo.

8.3. De início, é imperioso destacar que a Nova Lei de Licitações e contratos, Lei nº 14.133/21, em seu art. 17, §1º, prevê a possibilidade de inversão das fases de habilitação e de julgamento das propostas, desde que justificado no processo administrativo:

Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

I - preparatória;

II - de divulgação do edital de licitação;

III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso;

IV - de julgamento;

V - de habilitação;

VI - recursal;

VII - de homologação.

§ 1º A fase referida no inciso V do caput deste artigo poderá, mediante ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes, anteceder as fases referidas nos incisos III e IV do caput deste artigo, desde que expressamente previsto no edital de licitação.

8.4. Observa-se, portanto, que a Lei faculta a inversão, desde que a Administração demonstre, de forma motivada, as vantagens da medida em termos de celeridade, eficiência e economicidade, o que se coaduna com os princípios constitucionais que regem a atuação da Administração Pública.

8.5. A inversão de fases busca garantir um ganho em qualidade das obras a serem contratadas. Desse modo, é possível analisar a melhor proposta apresentadas pelas licitantes. A análise prévia dos concorrentes contribuiu para a seleção de fornecedores mais capacitados, resultando em contratações mais eficazes.

8.6. É sabido que, em regra, a fase de julgamento das propostas precede a habilitação; contudo, em determinados casos, especialmente em obras de engenharia, cujas eventuais paralisações ou atrasos podem causar prejuízos à Administração Pública, sobretudo quando envolvem recursos oriundos de transferências voluntárias, como no presente caso, a inversão de fases mostra-se mais eficiente. Tal procedimento permite a verificação prévia da capacidade técnica, econômico-financeira e regularidade jurídica das licitantes, evitando que empresas sem condições reais de execução apresentem propostas com valores reduzidos, mas inexequíveis. Nessas situações, é comum que licitantes sem a devida qualificação sejam inicialmente classificadas, sendo posteriormente inabilitadas, o que acarreta perda de tempo, retrabalho administrativo e, em alguns casos, até o fracasso do certame ou o comprometimento dos prazos de execução da obra.

8.7. A Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/21) prevê a inversão de fases como ferramenta capaz de promover uma escolha mais criteriosa e eficiente da empresa a ser contratada e da qualidade do objeto ou serviço licitado.

8.8. Desse modo, em vez de iniciar o processo licitatório pela análise das propostas de preços, na primeira etapa ocorre a análise da documentação, ou seja, atendidas as exigências do edital, as propostas de preços analisadas participarão da etapa de lances.

8.9. Importante registrar que ao adotarmos a inversão de fases não há prejuízos quanto à igualdade de condições, à competitividade, uma vez que o presente projeto básico estabelece critérios objetivos de habilitação, bem como os valores da contratação são considerados sigilosos. Ou seja, a administração pública não será onerada com preços acima do praticado no mercado, obtendo preços justos com maior garantia de viabilidade de execução.

8.10. Entre os benefícios da adoção da inversão de fases, a antecipação da habilitação contribui para um ambiente de maior transparência, permitindo que todas as empresas possam competir em condições iguais desde o início. Essa transparência favorece também que todos os participantes estejam cientes dos critérios e requisitos necessários, evitando surpresas na fase de apresentação de propostas.

8.11. Outra vantagem é a seleção mais criteriosa desde o início, pois o processo seletivo concentra-se na escolha de empresas mais qualificadas e devidamente habilitadas para a execução da obra. Aquelas que possuem comprovada capacidade técnica e operacional são incentivadas a participar, resultando em uma concorrência de maior qualidade, ou seja, afastando eventuais “aventureiros” que participam apenas da fase de lances, diminuindo sobremaneira os preços, tornando-os, na maioria das vezes inexecutáveis.

8.12. A escolha de empresas qualificadas desde o início também contribui para a continuidade, conclusão e eficiência dos serviços de limpeza, evitando interrupções indesejadas em sua execução e até mesmo abandono dos serviços diários.

8.13. Ao evitar a participação de empresas não qualificadas, contribui ainda para uma definição de preço mais realista e alinhado com as reais demandas e exigências da Administração Pública, evitando subestimações que poderiam comprometer a qualidade e conclusão da obra e engenharia.

8.14. serão analisados e conferidos os documentos de habilitação, das empresas participantes do certame, antes da abertura da fase de proposta de preços por meio do endereço eletrônico <https://bnc.org.br/>.

8.15. Serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

8.16. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo máximo de **02 (duas)** horas sob pena de inabilitação, respeitadas as regras previstas na Lei 14.133/21.

8.17. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço e a documentação de habilitação (eletronicamente via sistema), conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para recebimento das

propostas (conforme preâmbulo), quando, então, encerrar-se-á automaticamente essa etapa devido ao período de abertura da sessão pública.

8.18. De acordo com o art. 63, inciso II c/c com o art. 17, § 1º da Lei 14.133/2021, por se tratar de inversão de fases, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação, juntamente com as respectivas propostas, para todos os licitantes.

8.19. A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação.

8.20. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances, dentre aqueles habilitados.

8.21. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a habilitação de todos os participantes, bem como as propostas dos licitantes convocados para apresentação de propostas finais, após a fase de envio de lances.

9. Do Contrato.

9.1. O contrato administrativo será firmado entre o **Município de Bom Jesus de Goiás/GO** e a empresa vencedora do processo licitatório, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

9.2. O instrumento contratual deverá observar todas as condições estabelecidas neste Projeto Básico, no edital da licitação, na proposta vencedora e na Lei Federal nº 14.133/2021.

9.3. O contrato deverá prever prazo de execução compatível com o cronograma físico-financeiro, bem como as condições de pagamento, reajuste, garantias contratuais, penalidades, hipóteses de rescisão e demais cláusulas essenciais previstas na legislação vigente.

10. Descrição da Solução como um Todo

10.1. A solução proposta consiste na execução das obras de reforma do Espaço Esportivo do Parque Ambiental “Sebastião Vieira Ramos”, localizado no Município de Bom Jesus de Goiás – GO, visando à reestruturação e modernização do espaço público destinado à prática esportiva,

lazer e convivência social, em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, julgamento objetivo e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10.2. A execução da obra será realizada mediante procedimento licitatório na modalidade Concorrência, preferencialmente na forma eletrônica, garantindo ampla competitividade e observância das normas legais e administrativas aplicáveis.

10.3. A solução contempla a execução de serviços de engenharia civil, incluindo a reforma e adequação das estruturas esportivas existentes, construção de novas estruturas de apoio, implantação de equipamentos esportivos e recreativos, execução de sistema de iluminação, adequação das instalações elétricas, implantação de sistema de drenagem em quadra, bem como a realização de serviços complementares e de acabamento, conforme projetos e memorial descritivo.

10.4. Em razão das características da obra e da definição prévia de seu escopo por meio de projetos executivos e especificações técnicas, não há necessidade de contratação de solução alternativa, sendo a execução indireta por empresa especializada a alternativa mais adequada e vantajosa para a Administração.

10.5. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como em observância à legislação vigente, assegurando padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho.

10.6. Deverão ser adotadas práticas sustentáveis na execução da obra, visando à redução de impactos ambientais, à racionalização do uso de recursos naturais e à eficiência energética, sempre que tecnicamente viável.

10.7. As definições técnicas da obra, incluindo materiais, métodos construtivos, condições de execução, controle tecnológico, critérios de medição e padrões de qualidade, encontram-se estabelecidas no memorial descritivo e nos projetos técnicos que integram este Projeto Básico.

10.8. Os serviços deverão ser executados no local definido neste Projeto Básico, conforme delimitação constante nos projetos técnicos, sendo o início formal condicionado à emissão da Ordem de Serviço pela Administração Municipal.

10.9. Eventuais dúvidas, inconsistências ou divergências identificadas na documentação técnica deverão ser comunicadas previamente à Administração, para os devidos esclarecimentos.

10.10. Todas as medidas indicadas em projeto deverão ser conferidas no local, devendo quaisquer divergências ser imediatamente comunicadas à fiscalização, cabendo à contratada a execução dos ajustes necessários mediante aprovação prévia.

10.11. A contratada será responsável por quaisquer danos causados a bens públicos, instalações existentes ou a terceiros durante a execução da obra, devendo promover os devidos reparos às suas expensas.

10.12. A contratada deverá recompor todos os elementos eventualmente danificados durante a execução dos serviços, utilizando materiais e padrões equivalentes aos existentes.

10.13. Os resíduos e detritos provenientes da execução dos serviços deverão ser removidos e destinados adequadamente pela contratada, em conformidade com a legislação ambiental vigente, às suas expensas.

11. Modelo de Execução da Obra

11.1. Planejamento de Obras

11.1.1. A execução da obra deverá obedecer ao cronograma físico-financeiro aprovado pela Administração, devendo a contratada cumprir rigorosamente as etapas e prazos estabelecidos.

11.1.2. O prazo para execução dos serviços será de **150 (cento e cinquenta) dias**, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

11.1.3. O prazo de vigência do contrato será de **até 180 (cento e oitenta) dias**, ou até o recebimento definitivo da obra, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

11.1.4. Os projetos e pranchas técnicas deverão conter identificação completa da obra, incluindo denominação, localização, nome da entidade executora, tipo de projeto, data de elaboração, bem como identificação e assinatura do responsável técnico, acompanhada do respectivo número de registro no CREA ou CAU.

11.1.5. A empresa contratada deverá planejar e sincronizar a logística de fornecimento de materiais, de modo a evitar armazenamento inadequado no canteiro de obras, devendo providenciar, quando necessário, a implantação de almoxarifado fechado, com condições

adequadas de armazenamento. Deverá, ainda, garantir a disponibilidade de infraestrutura mínima no canteiro, incluindo abastecimento de água, instalações sanitárias e vestiários para os trabalhadores, podendo utilizar as estruturas existentes no local, quando disponíveis e em condições adequadas.

11.1.6. O canteiro de obras deverá ser devidamente isolado e sinalizado, com a implantação de tapumes ou outro meio de proteção adequado, visando garantir a segurança dos trabalhadores, usuários e transeuntes, em conformidade com as normas de segurança do trabalho.

11.2. Equipamentos de Proteção

11.2.1 Para a execução de todos os serviços da obra, a contratada deverá fornecer, instalar e manter, durante toda a vigência do contrato, os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e os Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) necessários, de acordo com as atividades desenvolvidas em cada etapa da obra, em conformidade com as disposições da NR-06 e da NR-18, aprovadas pela Portaria nº 3.214 do Ministério do Trabalho, bem como demais normas de segurança e saúde no trabalho vigentes.

11.3. Condições de Recebimento e Aceitação das Obras

11.3.1. A contratada deverá obedecer aos prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo das obras, conforme o caso. Executado o contrato, quando se tratar de obras e serviços de engenharia, seu objeto será recebido:

a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da contratada.

b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

b.1) O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

b.2) O prazo a que se refere a alínea b não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no edital. Verificada

irregularidades ou pendências, a contratante notificará a contratada para que, no prazo estipulado, proceda aos reparos, correções, remoções, reconstruções ou substituições necessárias e relativas ao objeto do contrato, nos termos do artigo 119 da Lei 14.133/21.

11.3.2. No caso de recusa ou retardo injustificado por parte da contratada em proceder aos reparos, correções, remoções, reconstruções ou substituições necessárias ao fiel cumprimento do objeto do contrato, a mesma se sujeitará à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório e no contrato, sem prejuízos de outras penalidades previstas na legislação vigente.

13.3. A verificação e a certificação do recebimento definitivo da obra e dos serviços licitados, em hipótese alguma, eximirá a contratada da responsabilidade e da garantia prevista no artigo 618 do Código Civil vigente.

11.3.3. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega da obra em desacordo com as especificações técnicas exigidas, o artigo 618 do Código Civil e a Lei 14.133/21.

12. Vistoria Prévia

12.1. A vistoria prévia aos locais da execução da obra **NÃO SERÁ OBRIGATÓRIA**. É exigida a declaração de ciência das condições dos locais das obras a serem executadas.

12.2. É de inteira responsabilidade da PROPONENTE a verificação das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais estabelecidos.

12.3. Os custos de visita ao município correrão por exclusiva conta da PROPONENTE.

12.4. A PROPONENTE ao encaminhar a proposta, estará declarando que está ciente da abrangência dos municípios passíveis de execução dos serviços e que possui uma avaliação dos problemas futuros. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes da localização dos estudos/serviços.

12.5. Em caso de dúvidas sobre as visitas aos locais onde serão executados os serviços, solicitação de informações e esclarecimento de dúvidas a PROPONENTE deverá entrar em contato com o Setor de Engenharia da Prefeitura – (64) 3608-8934.

13. Requisitos da Contratação

13.1. Além das regras e condições previstas neste projeto básico, os serviços serão executados no Município de Bom Jesus de Goiás e a empresa a ser contratada deverá atender aos seguintes requisitos:

i) Habilitação Técnica

13.2. Para a qualificação técnica, as LICITANTES deverão apresentar:

13.2.1. Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), demonstrando o ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Projeto Básico, conforme legislação vigente.

13.2.2. Declaração de Conhecimento do Local de Execução das Obras, informando que tem conhecimento do local onde serão executados os serviços de engenharia, emitida pelo próprio licitante, assinada pelo(s) o(s) Responsável(is) Técnico(s) ou Representante Legal.

13.3. Comprovação de **capacidade técnica-operacional** da EMPRESA, representado por Atestado(s) expedido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, **comprovando a execução** de construção ou reforma de prédios ou similares, de porte e complexidade semelhante ao objeto dessa licitação, executadas com técnicas construtivas semelhantes ou superiores às requeridas para execução dos itens relacionados abaixo, caracterizados pelas parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, com os seguintes quantitativos mínimos para cada grupo, conforme discriminado abaixo:

- **Cabo flexível, PVC, fornecimento e instalação.**
Quantidade total: 8.465,22 m
Quantidade mínima exigida (50%): 4.232,61 m
- **Eletroduto rígido roscável, PVC, fornecimento e instalação.**
Quantidade total: 2.810,10 m.
Quantidade mínima exigida (50%): 1.405,05 m.
- **Luminária LED 200W, fornecimento e instalação.**
Quantidade total: 101 unidades.
Quantidade mínima exigida (50%): 50 unidades.

13.4. Não serão aceitos atestados que não indiquem a quantidade executada.

13.5. Para o cálculo dos quantitativos totais mínimos, é permitida a soma dos quantitativos unitários de vários atestados.

13.6. O(s) Atestado(s) devem ser acompanhado(s) da(s) respectiva(s):

- a) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) do(s) profissional(is) responsável(is) à época expedida(s) pelo Crea ou CAU da região onde os serviços foram executados; **ou**
- b) Certidão(ões) de Acervo Operacional (CAO); **ou**
- c) Anotação(ões) de Responsabilidade(s) Técnica(s) do(s) profissional(is) responsável(is) pela obra vinculado(s) no(s) referido(s) atestado(s) e contrato de serviços entre a empresa licitante e a pessoa jurídica de direito público ou privado que emitiu o atestado.

13.7. Deverão constar do(s) atestado(s) ou certidão(ões), em destaque, os seguintes dados:

- a) Local de execução;
- b) Nome da contratante e da contratada;
- c) Nome do(s) responsável(eis) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e números de registro(s); e
- d) Relação dos serviços executados;

13.8. Em caso de apresentação de Atestado de desempenho emitido em favor de consórcio do qual ele tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

- a) Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, todas as experiências atestadas serão reconhecidas para cada uma das licitantes consorciadas, na proporção quantitativa de sua participação no consórcio;
- b) Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação.

13.9. Comprovação de **capacidade técnica-profissional** do Responsável Técnico da

LICITANTE, representado por Atestado de Responsabilidade Técnica (ART), devidamente registrado no Crea ou CAU da região pertinente, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), comprovando a execução de obras de construção ou reforma de prédios.

13.10. O Responsável Técnico deve ser pertencente ao quadro permanente da PROPONENTE ou ser contratado por ela, na data da entrega da proposta, com a apresentação de comprovação de vínculo, no qual será aceito como comprovação:

- a) Empregado: carteira de trabalho ou contrato de trabalho;
- b) Autônomo: contrato de prestação de serviço;
- c) Dirigente ou sócio: ato constitutivo da empresa;
- d) Os comprovantes para o caso de o Responsável Técnico ser Empregado ou Autônomo poderão ser substituídos por declaração de contratação futura com anuência por escrito do profissional.

13.11. A equipe mínima deverá ser composta por pelo menos:

- i) 01 (um) **Engenheiro Civil**, com registro de atestados de capacidade técnica emitidos por entidades públicas ou privadas, estando com a sua atividade profissional regularizada perante CREA ou CAU apresentando a Certidão de Registro do Engenheiro que será o responsável pela obra.
- ii) 01 (um) **Engenheiro Elétricista**, com registro de atestados de capacidade técnica emitidos por entidades públicas ou privadas, estando com a sua atividade profissional regularizada perante CREA ou CAU apresentando a Certidão de Registro do Engenheiro que será o responsável pela obra.
- iii) Declaração de que manterá no canteiro de obra, diariamente um Engenheiro Civil e um Mestre de Obras, os quais serão necessários para a comunicação entre Contratante e Contratada devido à complexidade da obra objeto desta licitação.

13.11. A obra a ser executada está classificada com **Grau de Risco 3**, segundo a NR-4, do Ministério do Trabalho, a qual estabelece os parâmetros e os requisitos para constituição e manutenção dos Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT, com a finalidade de promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador. Com isso, conforme o número de trabalhadores da licitante, deverá manter 01 (um) técnico de segurança do trabalho qualificado, conforme o caso.

13.12. Durante a execução do CONTRATO o profissional indicado como Responsável Técnico pode ser substituído por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado previamente pela Prefeitura.

13.13. No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como Responsável Técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

ii) Habilitação Jurídica

a) No caso de **pessoa física** será exigida a célula de identidade ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) Para o **empresário individual (EI)** será exigida a inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede da licitante. Para o Microempreendedor Individual (MEI), o Certificado da Condição de MEI (CCMEI);

c) Para a **sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal (SLU)** será exigida a inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede da licitante, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) Para a **sociedade simples** será exigida a inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) Para **sociedade cooperativa** será exigida a ata de fundação e estatuto social em vigor com as respectivas alterações, registrado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede da licitante, acompanhado da ata que o aprovou, certificado de registro da cooperativa na Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) ou na entidade estadual, se houver; ata da assembleia de eleição do órgão de administração com mandato vigente; regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou; editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados. As cooperativas de trabalho, além de apresentar esses

documentos, devem comprovar que o objeto da licitação se enquadra nos serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa;

f) Para **consórcio de empresas** será exigida a comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, além da indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

g) Para **sociedade empresária estrangeira** com atuação permanente no país será exigida a portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME 77/2020.

iii) Regularidade Fiscal e Trabalhista

a) **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.** A empresa deverá apresentar um único CNPJ, não podendo filial ou subsidiária substituir matriz quando esta for a participante e vice-versa, com a devida atividade do objeto da licitação.

b) **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede da participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

c) **Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede da licitante**, ou outra equivalente, na forma da lei;

d) **Prova de regularidade à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRF)**, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

e) **Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT)**, mediante a apresentação de certidão negativa, emitida pelo site (www.tst.jus.br).

iv) Qualificação Econômico-Financeira

a) **Certidão negativa de feitos sobre falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

b) **Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis** dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

b.1) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

b.2) Os documentos referidos no item b, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

c) As empresas que adotam o SPED (Sistema Público Escrituração Digital) deverão apresentar o termo de autenticação e balanço, bem como termo de abertura e encerramento.

d) Na hipótese de pessoas jurídicas não sujeitas ao registro de seus atos constitutivos na Junta Comercial (como é o caso de entidades sem fins lucrativos e Sociedades Simples - SS), o balanço patrimonial e demonstrações contábeis deverão ser registrados ou autenticados no Cartório Civil da sede ou domicílio da empresa interessada no objeto.

e) Comprovação da boa situação financeira da empresa, por intermédio de documento que demonstre o cálculo dos índices contábeis maiores que 1,0 (um) para Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), a serem extraídos das demonstrações contábeis citadas no subitem anterior, resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$

$$SG = \text{Ativo Total} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$

$$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

f) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor da proposta apresentada para o item pertinente.

g) As fórmulas dos índices contábeis referidos deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço;

h) O Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da interessada e/ou em outro órgão equivalente, na forma da Lei, bem como, os Termos de Abertura e de Encerramento do livro Diário, contendo as assinaturas do(s) representante(s) legal(is), e do Contador responsável ou profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, juntamente com a cópia da Carteira de Identidade profissional do mesmo;

i) Se necessária a atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.

13.14. Os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** serão exigidos a apresentação apenas da empresa mais bem classificada, ou seja, aquela que apresentar a melhor proposta, nos termos do inciso II, artigo 63 da Lei Federal 14.133/2021.

13.15. Para tanto, a empresa mais bem classificada terá o prazo de até 02 (duas) horas para a apresentar a documentação, após o decurso do prazo de encaminhamento das propostas.

14. Da Subcontratação

14.1. Será admitida a subcontratação dos serviços acessórios, no percentual máximo de 15% (quinze por cento);

14.2. Não se admite a subcontratação de itens de serviços que tenham sido exigidos para fins de qualificação técnica na presente licitação;

14.3. Toda subcontratação deve ser previamente submetida à apreciação do Contratante, apenas podendo ser executada após a sua expressa anuência;

14.4. Cabe à Contratante avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços, bem como verificar os demais requisitos de habilitação eventualmente aplicáveis;

14.5. Em caso de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

14.6. Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

15. Critérios de Medição e Pagamento

15.1. O primeiro pagamento de serviços só poderá ser autorizado após o devido registro da reforma no CREA/GO, conforme o caso. Os pagamentos serão realizados de acordo com as medições aprovadas pela Prefeitura de Bom Jesus de Goiás, através da fiscalização dos serviços, realizada por engenheiro especialmente designado;

15.2. A CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal Eletrônica, indicando o número da conta corrente, agência e banco, correspondente a realização dos serviços, que será atestada por um servidor fiscal especialista expressamente designado;

15.3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após o cumprimento dos parágrafos anteriores, da presente cláusula.

15.4. A liberação do pagamento ficará condicionada a verificação da situação da contratada em relação às condições de habilitação e qualificação exigidas também no processo licitatório, cujo resultado será impresso, pela contratada, e juntado aos autos do processo.

16. Da Fiscalização

16.1. A empresa contratada está sujeita à fiscalização da obra no ato da entrega e posteriormente, reservando-se a esta Prefeitura Municipal, através do responsável, o direito de não receber a obra ou suas medições, caso o mesmo não se encontre em condições satisfatórias ou no caso de os materiais a serem utilizados não ser de primeira qualidade.

17. Garantia de Execução da Obra

17.1. Será exigida garantia de proposta no percentual de 1% do valor da planilha orçamentária de referência, conforme prescreve o 58, da Lei nº 14.133/21.

17.2. Será exigida garantia da contratação da obra no percentual de **4%** (quatro por cento) do valor inicial do contrato, conforme previsto no art. 98, da Lei 14.133/21.

17.3. Ainda, será exigida garantia adicional de **3%** (três por cento) do valor inicial do contrato do licitante vencedor cuja proposta final for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

17.4. Serão aceitos como garantias, em ambos os casos, a Caução em Dinheiro, Seguro Garantia, Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil. ou em título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total, conforme definido pelo art. 96, da Lei 14.133/21.

17.5. As garantias a que se refere os itens acima, conforme o caso, deverão ser entregues na Secretaria de Finanças da Prefeitura, no prazo de até 10 (dez) úteis, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

17.6. A garantia na forma de Fiança Bancária ou Seguro Garantia deverá estar em vigor e cobertura até 90 (noventa) dias após o término do prazo de vigência do contrato.

17.7. Após a assinatura do Termo de Encerramento Físico do contrato será devolvida a “Garantia de Execução”, uma vez verificada a perfeita execução do objeto contratual.

17.8. A garantia em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela Prefeitura, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da Prefeitura.

17.9. A não integralização da garantia representa inadimplência contratual, passível de aplicação de multas e de rescisão, na forma prevista nas cláusulas contratuais.

17.10. Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, de forma a manter a observância do disposto no caput desta cláusula, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.

17.11. Não haverá qualquer restituição de garantia em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a garantia reverterá e será apropriada pela Prefeitura.

17.12. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Prefeitura à contratada; e

- c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado.

18. Das Obrigações das Partes

a) Da Contratada.

18.1. Executar o contrato conforme especificações do Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas nos documentos referidos.

18.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços/obras efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

18.3. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

18.4. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;

18.5. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

18.6. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

18.7. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

18.8. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

18.9. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Projeto Básico, no prazo determinado.

18.10. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

18.11. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

18.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

18.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

18.14. Manter os empregados nos horários predeterminados pela CONTRATANTE.

18.15. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

18.16. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados para a execução do serviço.

18.17. Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Projeto Básico.

18.18. Manter preposto aceito pela CONTRATANTE nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.

18.19. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE.

18.20. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidro sanitárias, elétricas e de comunicação.

18.21. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis nº 6.496/77 e 12.378/2010).

18.22. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

18.23. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, no Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

18.24. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso.

18.25. Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil, conforme o caso, em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa nº 1.845/2018, da Receita Federal do Brasil.

18.26. A contratada é responsável pelo transporte e alimentação dos seus empregados.

18.27. Os funcionários deverão estar uniformizados e possuir acessórios e equipamentos de segurança conforme exigência das Normas Reguladoras sobre Segurança e Medicina do Trabalho vigente com crachá de identificação.

b) Da Contratante

18.28. Acompanhar e fiscalizar a entrega da obra, atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Projeto Básico.

18.29. Rejeitar, no todo ou em parte os trechos executados, se estiverem em desacordo com a especificação projeto básico e executivo, bem como da proposta de preços da CONTRATADA.

18.30. Comunicar a CONTRATADA todas as irregularidades observadas durante o a execução da obra.

18.31. Notificar a CONTRATADA no caso de irregularidades encontradas na execução e entrega da obra.

18.32. Solicitar o reparo e a correção de trechos da obra ou sua totalidade, conforme o caso.

18.33. Conceder prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação, para a CONTRATADA regularizar as falhas observadas.

18.34. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

18.35. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares.

18.36. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes.

18.37. Disponibilizar local adequado para a realização da entrega.

18.38. Realizar o pagamento no prazo acordado, após a entrega definitiva da obra.

19. Penalidades

19.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, a executora da obra poderá sofrer às seguintes penalidades, a ser aplicada pela autoridade competente, lhe concedendo sempre a garantia da prévia defesa:

a) Advertência;

b) Multa de até:

b.1) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso no início ou conclusão da obra, sobre o valor do objeto não executado, exceto quando devidamente justificado e aceito pela Administração;

b.2). 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado após ultrapassado o prazo de 30 dias de atraso no início ou conclusão da obra, ou no caso de não entrega do objeto, ou entrega com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminua-lhe o valor ou, ainda fora das especificações contratadas;

b.3). 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente.

c) impedimento de licitar e contratar.

d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a punição, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

19.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20. Da Adequação Orçamentária

20.1. Os recursos orçamentários necessários à execução da obra são provenientes, em parte, de repasse do Governo Federal, no valor de R\$ 974.000,00 (novecentos e setenta e quatro mil reais), conforme Contrato de Repasse do Ministério do Esporte, Proposta nº 046559/2025, Código do Instrumento nº 982449, vinculado ao Programa nº 5100020250027 – Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Amador, Educacional, Recreativo e de Lazer – SNEAELIS (Emenda de Comissão – RP8), sendo o valor remanescente custeado a título de contrapartida com recursos próprios do Município de Bom Jesus de Goiás – GO, perfazendo o valor total estimado da obra de R\$ 1.264.099,59 (um milhão, duzentos e sessenta e quatro mil, noventa e nove reais e cinquenta e nove centavos).

20.2. Dotação Orçamentária:

OBRAS E INSTALAÇÕES – RECURSO PRÓPRIO
20260240.10.1023.27.813.0720.1118.449051.100



OBRAS E INSTALAÇÕES – RECURSO FEDERAL
20260241.10.1023.27.813.0720.1118.449051.123

Bom Jesus de Goiás-GO, 08 de abril de 2026.

Marcos Rogério Pereira Reis
CREA: 1018690956/D-GO
Cargo: Engenheiro Civil

Danillo Miguel Silva
Matrícula: 14893
Secretário de Infraestrutura